

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias individuais e
consolidadas em 30 de junho de
2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas

Aos acionistas da
Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
Curitiba – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. (“Companhia”) que compreendem os balanços patrimoniais individuais e consolidados, em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações para os períodos de três e seis meses e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo das debêntures

Veja Nota 4, 25 e 37 das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia, em 29 de outubro de 2017, emitiu debêntures conversíveis em ações. A operação está dividida em duas séries, a primeira série subsequentemente mensurada pelo custo amortizado e a segunda pelo valor justo, essa última no montante de R\$ 48.582 mil em 30 de junho de 2020.</p> <p>A mensuração do valor justo envolve um modelo de avaliação e estimativas. A estimativa sobre o método de cálculo e sobre a mensuração deste valor envolve projeções e premissas. Considerando o elevado grau de julgamento relacionado à determinação dessas projeções e premissas, como da taxas de crescimento anual da receita, da previsão da margem EBITDA e da taxa de desconto ajustada ao risco, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos critérios adotados pela Companhia para determinação das premissas para estimar a taxa de crescimento anual da receita, a margem EBITDA e a taxa de desconto ajustada ao risco utilizadas no modelo de valor justo da Companhia.- Revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar potencial inconsistência ou viés da administração no desenvolvimento futuro das estimativas.- Análise se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são suficientes e apropriadas em relação aos requerimentos das normas vigentes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo das debêntures, bem como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Período anterior não auditado

Não examinamos as demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2019, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo nessa data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. Também, não executamos procedimentos de auditoria sobre a demonstração do valor adicionado individual e consolidada (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, apresentada como informação suplementar. Essas demonstrações, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do período corrente, foram anteriormente revisadas por nós, sendo emitida conclusão sem ressalva em 30 de agosto de 2019.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo a IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/019	30/06/2020 *	31/12/2019			30/06/2020	31/12/019	30/06/2020 *	31/12/2019
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	42.070	80.402	42.070	80.426	Fornecedores	22	191.876	254.535	191.876	254.658
Aplicações financeiras	9	43.878	10.001	43.878	10.001	Arrendamento financeiro a pagar	23	41.725	41.580	41.725	41.580
Contas a receber de clientes	10	84.483	84.843	84.483	84.927	Empréstimos e financiamentos	24	55.366	46.917	55.366	47.263
Estoques	11	187.215	242.473	187.215	242.473	Debêntures	25	241.331	88.806	241.331	88.806
Impostos a recuperar	12	70.461	12.998	70.461	12.998	Obrigações sociais e trabalhistas	26	59.383	39.624	59.383	39.698
Instrumentos financeiros derivativos	14	10.846	-	10.846	-	Obrigações fiscais e tributárias	27	32.595	6.691	32.595	6.764
Outros ativos	15	24.216	39.404	24.216	41.299	Parcelamento de tributos	28	4.175	3.182	4.175	3.353
						Outros débitos	29	12.830	3.984	12.830	6.347
		<u>463.169</u>	<u>470.121</u>	<u>463.169</u>	<u>472.124</u>			<u>639.281</u>	<u>485.319</u>	<u>639.281</u>	<u>488.469</u>
Não circulante						Não circulante					
Outros investimentos	16	-	12.454	-	12.454	Arrendamento financeiro a pagar	23	110.970	101.630	110.970	101.630
Direitos sobre precatórios	13	55.931	50.160	55.931	50.160	Empréstimos e financiamentos	24	146.771	145.469	146.771	145.773
Impostos a recuperar	12	44.617	7.324	44.617	7.324	Debêntures	25	-	100.906	-	100.906
Ativo fiscal diferido	36	29.496	14.383	29.496	14.383	Parcelamento de tributos	28	26.991	27.615	26.991	27.767
Depósitos judiciais	30	5.359	5.054	5.359	5.054	Provisão para contingências	30	9.880	7.862	9.880	7.862
Outros ativos	15	107.856	21.515	107.856	33.833	Outros débitos		-	1.674	-	-
		<u>243.259</u>	<u>110.890</u>	<u>243.259</u>	<u>123.208</u>	Impostos diferidos	36	-	-	-	23.618
								<u>294.612</u>	<u>385.156</u>	<u>294.612</u>	<u>407.556</u>
Investimentos	18	-	107.261	-	-	Patrimônio líquido					
Ativo biológico	19	-	-	-	40.023	Capital social	31	21.720	21.720	21.720	21.720
Imobilizado	20	235.842	230.457	235.842	308.962	Reservas de lucros	31	5.305	3.510	5.305	3.510
Intangível	21	18.648	22.156	18.648	22.162	Ajuste de avaliação patrimonial	31	-	45.180	-	45.180
		<u>254.490</u>	<u>359.874</u>	<u>254.490</u>	<u>371.147</u>	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		27.025	70.410	27.025	70.410
						Participação de não controladores		-	-	-	44
								<u>27.025</u>	<u>70.410</u>	<u>27.025</u>	<u>70.454</u>
Total ativo		<u>960.918</u>	<u>940.885</u>	<u>960.918</u>	<u>966.479</u>	Total passivo e patrimônio líquido		<u>960.918</u>	<u>940.885</u>	<u>960.918</u>	<u>966.479</u>

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	Semestre				Trimestre			
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	30/06/2019 (não auditado)	30/06/2020 *	30/06/2019 (não auditado)	30/06/2020	30/06/2019 (não auditado)	30/06/2020 *	30/06/2019 (não auditado)
Receita operacional líquida	32	758.575	710.211	758.809	711.632	356.461	360.971	356.511	361.306
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	33	(501.095)	(476.971)	(501.553)	(476.971)	(228.139)	(238.687)	(228.139)	(238.688)
Lucro bruto		<u>257.480</u>	<u>233.240</u>	<u>257.256</u>	<u>234.661</u>	<u>128.322</u>	<u>122.284</u>	<u>128.372</u>	<u>122.618</u>
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas administrativas	33	(35.652)	(22.691)	(36.083)	(22.966)	(18.310)	(7.758)	(18.443)	(8.048)
Despesas comerciais	33	(202.540)	(189.381)	(202.540)	(189.381)	(100.435)	(99.747)	(100.435)	(99.836)
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	33	(414)	(434)	(414)	(434)	(205)	(198)	(205)	(198)
Outras receitas operacionais, líquidas	34	56.821	482	53.525	482	56.585	89	53.289	89
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência e tributo sobre o lucro		<u>75.695</u>	<u>21.216</u>	<u>71.744</u>	<u>22.362</u>	<u>65.957</u>	<u>14.670</u>	<u>62.578</u>	<u>14.625</u>
Receitas financeiras	35	16.748	456	16.907	464	8.244	123	8.402	123
Despesas financeiras	35	(100.324)	(45.913)	(100.369)	(45.927)	(66.911)	(24.054)	(66.936)	(24.066)
Despesas financeiras, líquidas		<u>(83.576)</u>	<u>(45.457)</u>	<u>(83.462)</u>	<u>(45.463)</u>	<u>(58.667)</u>	<u>(23.931)</u>	<u>(58.534)</u>	<u>(23.943)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	18	<u>(3.907)</u>	<u>943</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.276)</u>	<u>(89)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(11.788)</u>	<u>(23.298)</u>	<u>(11.718)</u>	<u>(23.101)</u>	<u>4.014</u>	<u>(9.350)</u>	<u>4.044</u>	<u>(9.318)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	36	(17.140)	-	(17.261)	(246)	(17.140)	-	(17.196)	(81)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	36	15.114	7.223	15.164	7.273	10.679	4.076	10.704	4.126
		<u>(2.026)</u>	<u>7.223</u>	<u>(2.097)</u>	<u>7.027</u>	<u>(6.461)</u>	<u>4.076</u>	<u>(6.492)</u>	<u>4.045</u>
Prejuízo do período		<u>(13.814)</u>	<u>(16.075)</u>	<u>(13.815)</u>	<u>(16.074)</u>	<u>(2.447)</u>	<u>(5.274)</u>	<u>(2.448)</u>	<u>(5.273)</u>
Prejuízo atribuível a (em reais):		(13.814)	(16.075)	(13.815)	(16.074)	(2.447)	(5.274)	(2.448)	(5.273)
Controladores		(13.809)	(16.069)	(13.810)	(16.068)	(2.446)	(5.272)	(2.447)	(5.271)
Não controladores		(5)	(6)	(5)	(6)	(1)	(2)	(1)	(2)
Resultado por ação (básico e diluído):		(0,64)	(0,74)			(0,11)	(0,24)		

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019 (não auditado)	30/06/2020 *	30/06/2019 (não auditado)	30/06/2020	30/06/2019 (não auditado)	30/06/2020 *	30/06/2019 (não auditado)
Prejuízo do período	(13.814)	(16.075)	(13.815)	(16.074)	(2.447)	(5.274)	(2.448)	(5.273)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>(13.814)</u>	<u>(16.075)</u>	<u>(13.815)</u>	<u>(16.074)</u>	<u>(2.447)</u>	<u>(5.274)</u>	<u>(2.448)</u>	<u>(5.273)</u>

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores					Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reservas de lucros	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.720	2.449	15.259	45.374	-	84.802	41	84.843
Prejuízo do período	-	-	-	-	(16.075)	(16.075)	1	(16.074)
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	-	148	(148)	-	-	-	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	(48)	-	-	(48)	-	(48)
Saldos em 30 de junho de 2019 (não auditado)	21.720	2.449	15.359	45.226	(16.075)	68.679	42	68.721
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.720	2.449	1.061	45.180	-	70.410	-	70.410
Prejuízo do período	-	-	-	-	(13.814)	(13.814)	(1)	(13.815)
Realização da reserva de avaliação patrimonial (nota 18)	-	-	45.180	(45.180)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos através da reserva de lucros (nota 29)	-	-	(9.272)	-	-	(9.272)	-	(9.272)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	(13.814)	-	13.814	-	-	-
Resultado da venda de investimentos ao acionista (nota 18)	-	-	(20.299)	-	-	(20.299)	-	(20.299)
Saldos em 30 de junho de 2020	21.720	2.449	2.856	-	-	27.025	-	27.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Semestre 01/01/2020 a 30/06/2020			
		Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	30/06/2019 (não auditado)	30/06/2020 *	30/06/2019 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	Notas				
Prejuízo do período		(13.814)	(16.075)	(13.815)	(16.074)
Ajustes por:					
Ganho na alienação de outros investimentos	17b	(2.754)	719	(2.754)	719
Resultado da baixas de ativo imobilizado	21	711	235	711	235
Resultado da baixas do ativo intangível		1.098	-	1.098	-
Resultado da variação do valor justo do ativo biológico		-	-	3.389	-
Depreciação e amortização (imobilizado e intangível)	20 e 21	38.671	34.156	39.242	34.156
Equivalência patrimonial	18	3.907	(943)	-	-
Provisão para recebimento de créditos		(414)	(434)	(414)	(434)
Provisão ao valor realizável líquido dos estoques		(3.357)	(1.352)	(3.357)	(1.352)
Perda de créditos na baixa de ativos (Maeoka)	17a	6.285	-	6.285	-
Provisão para contingências		2.018	(562)	2.018	(798)
Apropriação - custo da transação - empréstimos e debêntures		1.632	1.615	1.632	1.615
Juros apropriados (debêntures, empréstimos e arrendamentos)		74.352	23.273	74.389	23.355
Atualização de valores de precatórios		(1.981)	-	(1.981)	-
ICMS-ST não definitivo - extemporâneo	12a	(68.090)	-	(68.090)	-
ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS - extemporâneo	12c	(9.326)	-	(9.326)	-
Rendimento de aplicação financeira	35	(896)	(3)	(896)	(3)
Instrumentos financeiros derivativos	35	(10.846)	-	(10.846)	-
Variação cambial	35	11.905	-	11.905	-
Imposto de renda e contribuição social	36	2.026	-	2.097	-
Pagamento de juros - debêntures	25	(8.228)	(7.522)	(8.228)	(7.276)
Pagamento de arrendamento - juros	23	(8.482)	-	(8.482)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos	24	(7.561)	(6.690)	(7.598)	(6.699)
(Aumento)/redução dos ativos:					
Contas a receber de clientes		774	(5.395)	858	(4.831)
Impostos a recuperar		(17.340)	(9.739)	(17.340)	(9.739)
Estoques		67.791	27.880	67.791	27.880
Depósitos judiciais		(305)	(236)	(305)	-
Outros investimentos		-	(450)	-	(450)
Outros ativos		19.111	(3.006)	19.111	(3.201)
Aumento / (redução) dos passivos:					
Fornecedores		(71.835)	(20.097)	(71.844)	(20.270)
Obrigações sociais e trabalhistas		19.759	6.904	19.685	6.939
Obrigações fiscais e tributárias		8.764	550	8.764	471
Parcelamentos de tributos		369	(656)	46	(736)
Outros débitos		(4.175)	300	(3.059)	399
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		29.769	22.472	30.686	23.906
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aplicações financeiras	24	(32.981)	-	(32.981)	-
Aquisições de imobilizado	24	(10.671)	(8.960)	(11.081)	(9.759)
Aquisições de intangível	24	(835)	(1.364)	(835)	(1.364)
Aplicações no ativo biológico	23	-	-	(602)	(751)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(44.487)	(10.324)	(45.499)	(11.874)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos		33.207	20.141	33.456	20.141
Pagamento de empréstimos - principal		(35.237)	(33.992)	(35.415)	(34.014)
Novos custos da transação		(170)	-	(170)	-
Pagamento de arrendamento		(21.414)	(18.459)	(21.414)	(18.459)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(23.614)	(32.310)	(23.543)	(32.332)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(38.332)	(20.162)	(38.356)	(20.300)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8	80.402	29.607	80.426	29.974
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	8	42.070	9.445	42.070	9.674
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(38.332)	(20.162)	(38.356)	(20.300)

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Semestre			
	Controladora		Consolidado*	
	30/06/2020	30/06/2019 (não auditado)	30/06/2020	30/06/2019 (não auditado)
Receitas (1)	788.609	732.431	786.440	733.331
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	788.609	732.431	789.830	733.331
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(3.390)	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)	563.981	529.773	564.996	529.729
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	501.095	474.373	501.552	474.373
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	62.886	55.400	63.444	55.356
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	224.628	202.658	221.444	203.602
Depreciação e amortização (4)	37.790	33.637	38.363	33.637
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	186.838	169.021	183.081	169.965
Valor adicionado recebido em transferência (6)	70.453	1.046	74.425	103
Resultado da equivalência patrimonial	(3.907)	943	-	-
Ganhos tributários	60.598	-	60.598	-
Receitas financeiras	17.097	636	17.256	636
Outras	(3.335)	(533)	(3.429)	(533)
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	257.291	170.067	257.506	170.068
Distribuição do valor adicionado	257.291	170.067	257.506	170.068
Pessoal	119.201	108.001	119.220	108.001
Remuneração direta	103.883	93.337	103.883	93.337
Benefícios	9.760	9.391	9.768	9.391
FGTS	5.558	5.273	5.569	5.273
Impostos, taxas e contribuições	51.558	32.201	51.714	32.201
Federais	36.801	24.953	36.957	24.953
Estaduais	14.441	7.025	14.441	7.025
Municipais	316	223	316	223
Remuneração de capital de terceiros	100.346	45.940	100.387	45.940
Juros	86.757	43.896	86.798	43.896
Outras financeiras	13.589	2.044	13.589	2.044
Remuneração de capital próprios	(13.814)	(16.075)	(13.815)	(16.074)
Prejuízo do período	(13.814)	(16.075)	(13.815)	(16.074)

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Farmácia e Drogeria Nissei S.A. (“Nissei”, “Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Rua XV de Novembro, 123, em Curitiba, Estado do Paraná.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral. A Companhia realiza suas vendas de mercadorias e serviços por meio de 301 lojas, sendo 266 lojas no Paraná, 20 em São Paulo e 15 em Santa Catarina.

A Companhia arrenda o centro de distribuição, localizado na cidade de Colombo - PR, de onde distribui seu estoque .

As lojas da rede também recebem abastecimento direto de grandes distribuidores para medicamentos e conveniência.

Em 29 de outubro de 2017 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 153.061 junto a um fundo privado, com prazo de 48 meses para o vencimento da 1º série e 72 meses para o vencimento da 2º série (vide notas explicativas 25). O recurso foi utilizado em 2018 para amortizar parte de dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, que contempla a abertura de novas lojas, a remodelagem das unidades atuais e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 176.112. O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes deve-se a da reclassificação do saldo a pagar das debêntures para o curto prazo em 30 de junho de 2020. Embora não haja previsão contratual em relação ao prazo para liquidação, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração. Para esta estimativa foi levado em conta as expectativas de reestruturação organizacional prevista para 2020, em não se realizando tal reestruturação, valor parcial ou integral destas debêntures, as quais possuem prazo de vencimento final em 29 de outubro de 2021 será reclassificado para longo prazo.

Adicionalmente, os prejuízos apresentados nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019, refletem substancialmente o custo da dívida dos recursos financeiros obtidos para dar viabilizar o projeto de expansão da Companhia e a consequente depreciação relacionada.

Venda de investimento

A Nissei Administradora de Bens Ltda. tem como objeto social a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da

madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) que detinha na então controlada Nissei Administradora de Bens Ltda.. Desta forma deixou de participar na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. A venda da participação societária tem por objetivo o foco exclusivo da Companhia no mercado farmacêutico, considerando as oportunidades potenciais de crescimento de vendas e serviços. Vide informações referentes à base de preparação das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2020 na nota explicativa 6a.

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Até a presente data os impactos do surto foram muito mais brandos para a Companhia do que os que estão sendo noticiados sobre o mercado como um todo. As despesas que a Companhia incorreu para se proteger do surto não foram relevantes e embora o faturamento da Companhia tenha sido levemente impactado nos meses de Abril e Maio, as ações de redução de custos tomadas pela empresa garantiram a recuperação dos resultados perdidos nestes dois meses em função desta perda de faturamento. A partir de Junho a empresa voltou a ter o faturamento em linha com o orçamento original.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº03/2020, diante do cenário atual que o país atravessa por conta da COVID-19, mesmo considerando os baixos impactos observados, a Companhia avaliou potenciais perdas na realização dos ativos, como por exemplo as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração os fatos e circunstâncias atuais com o objetivo de verificar se, de fato, houve um aumento significativo no risco de crédito.

A Companhia adotou como premissa para avaliação dos impactos na perda esperada de crédito os saldos de contas a receber em 30 de junho de 2020, conforme demonstrado na nota explicativa 10, a qual demonstra que os saldos a receber estão substancialmente concentrados com as administradoras de cartões (Cielo, Rede e Safra). A Administração não identificou para estes saldos, e demais saldos da carteira, aumento significativo no risco de crédito em relação a realização destes momentos que justificassem qualquer impacto na provisão.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo em 30 de junho de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 em 26 de agosto de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 23 – prazo de arrendamento e premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento mercantil.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 30 de junho de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 25 – valorização das debêntures (valorização conforme projeções de resultados financeiros futuros);

Notas explicativas 30 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 36 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC e IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 18 - ativo biológico (determinação do valor justo da valorização do ativo);

Nota explicativa 25- debêntures (determinação do valor justo da segunda série de debêntures).

Os valores do contrato de debêntures consistem em duas séries, sendo a primeira série ao valor das taxas pré-fixadas com prazo de 48 meses (custo amortizado) e a segunda série ao valor justo, nos termos do contrato e descritos na referida nota explicativa.. A segunda série de emissão de debêntures é mensurada a cada data de reporte, ao valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- A segunda série da debênture é mensurada pelo valor justo, enquanto a primeira série é mensurada pelo custo amortizado; Contratos de *swap* para proteção cambial – nota 14
- Ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

6 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na consolidação dos saldos comparativos está contemplado o investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda..

	<u>Porcentagem de participação</u>		
	Controle	2020	2019
Nissei Administradora de Bens Ltda.	Direto	-	99,96%

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em 30 de junho de 2020 o Grupo efetivou a venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda. (veja detalhes na nota explicativa 18). Por este motivo, os saldos consolidados apresentados nestas demonstrações financeiras e identificados como demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o período findo de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 consideram os efeitos da consolidação das informações da então investida, até a data de sua venda. Os saldos apresentados no balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 são exclusivamente os da próprias Companhia, tendo em vista a venda sua única subsidiária, em 30 de junho de 2020.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a controladora e controlada, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na controladora. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Não foram eliminados nos procedimentos de consolidação os saldos e operações proporcionais à participação dos sócios não controladores, na consolidação da controlada Nissei Administradora de Bens.

O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora, bem como as práticas contábeis, de forma que na consolidação não existem efeitos materiais a serem considerados.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- quando o Grupo puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o Grupo puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros do Grupo se modifiquem como resultado do contrato); e
- quando for provável que o Grupo receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, o Grupo considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual o Grupo tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A receita do Grupo advém de revenda de mercadorias (medicamentos, perfumaria, cosméticos e outros produtos). Os clientes obtêm o controle da mercadoria adquirida no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas nos pontos de vendas do Grupo. Entende-se portanto que trata-se de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos consumidores. Os pagamentos de clientes são realizados, substancialmente, através de cartão de crédito, carta de débito e dinheiro. As vendas parceladas ocorrem através de cartão de crédito em até seis parcelas mensais.

Verbas de marketing e publicidade

Verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento o Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em outras condições que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras do Grupo e são repassadas para a área de vendas para execução, alinhada com as estratégias de venda do Grupo. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado

desses acordos comerciais a crédito como receita de serviços prestados (verbas), tendo como contrapartida um valor a receber do fornecedor no ativo.

d. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O Grupo classifica juros e dividendos recebidos como fluxos de caixa de investimento, e, juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

f. Impostos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado.

h. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Instalações - 10 anos
- Veículos em uso - 5 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Equipamentos de informática - 5 anos
- Edificações – 25 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - Conforme contrato de locação vigente.
- Direito de uso – arrendamento – conforme contrato de locação vigente (vide detalhes na nota 23)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Intangível

Softwares

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de uso de sistemas de informática são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- Softwares - 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Fundo de comércio

Os pontos comerciais (fundo de comércio) compreendem a cessão do local de instalação das lojas do Grupo e são mensurados pelo custo histórico de aquisição e mantidos no ativo até quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis. A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

k. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, do Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para toda a vigência.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vigência do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando existe atraso maior que 180 dias e a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

n. Arrendamentos

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O Grupo não atua como arrendador em contratos que contém um componente de arrendamento.

o. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações acima de 30 dias, de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(b)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q. Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

As receitas do Grupo são provenientes integralmente do mercado nacional e concentradas na região sul do país. Não há cliente individual que represente mais de 10% das vendas da Companhia.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas estão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias..

As seguintes normas alteradas e interpretações não impactaram as demonstrações financeiras intermediárias do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Caixa e bancos	27.069	46.400	27.069	46.424
Aplicações financeiras	15.001	34.002	15.001	34.002
	<u>42.070</u>	<u>80.402</u>	<u>42.070</u>	<u>80.426</u>

As aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB possuem liquidez imediata e são atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio de 100,40%, refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

Em 30 de junho de 2020, as aplicações financeiras estão concentradas, no Banco Votorantim, o montante de R\$ 10.000 e no Banco Itaú, o montante de R\$ 5.001 (2019: Banco Votorantim R\$33.002 e Banco Safra R\$1.000).

9 Aplicações financeiras (controladora e consolidado)

Em 30 de junho de 2020 as aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB estão vinculadas à operações de empréstimos junto ao Banco ABC Brasil S.A. R\$ 10.142 (R\$ 10.001 em 2019) e Banco Votorantim R\$ 33.736, sendo a realização das aplicações no prazo de 12 meses. Os recursos aplicados estão atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98% e 100,40%, respectivamente), refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Cartões de crédito	75.613	77.949	75.613	77.949
Cartão próprio – convênio	7.071	6.898	7.071	6.898
Farmácia popular	3.955	2.458	3.955	2.458
Outras contas a receber	100	208	100	292
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(2.256)	(2.670)	(2.256)	(2.670)
	84.483	84.843	84.483	84.927

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
A vencer	73.577	81.074	73.577	81.158
Vencidos em até 30 dias	7.197	1.245	7.197	1.245
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.055	1.089	2.055	1.089
Vencidos entre 61 e 90 dias	247	786	247	786
Vencidos acima de 91 dias	3.663	3.319	3.663	3.319
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(2.256)	(2.670)	(2.256)	(2.670)
	84.483	84.843	84.483	84.927

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito, débito e por parcerias com empresas e governo, é de aproximadamente 39 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo. Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimento por meio de convênios e por meio do programa de benefício em medicamentos - PBMs.

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

As contas a receber são substancialmente representados por valores a receber das administradoras de cartão de crédito de primeira linha (Cielo, Rede e Safra). Baseado no histórico de perdas destes recebíveis a administração avalia o risco de crédito como muito baixo.

As contas a receber de convênio representam contratos específicos com companhias que disponibilizam benefícios aos seus colaboradores para compra de produtos com desconto nas lojas da Nissei. A Companhia considera o risco de crédito baixo devido aos critérios seletivos para aceitação destas companhias.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, está divulgada na nota explicativa 37.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Saldo inicial	(2.670)	(895)	(2.670)	(895)
Constituições	-	(2.670)	-	(2.670)
Reversões	414	895	414	895
	<u>(2.256)</u>	<u>(2.670)</u>	<u>(2.256)</u>	<u>(2.670)</u>

11 Estoques (Controladora e Consolidado)

	30.06.2020	31.12.2019
Mercadorias para revenda	186.369	240.411
Materiais de consumo	846	2.062
	<u>187.215</u>	<u>242.473</u>

Os estoques de mercadorias para revenda estão distribuídos da seguinte forma nos estabelecimentos do Grupo:

	30.06.2020	31.12.2019
Centro de distribuição	50.057	67.994
Lojas da rede	142.768	176.732
(-) Provisão de estoques (a)	<u>(5.610)</u>	<u>(2.253)</u>
	<u>187.215</u>	<u>242.473</u>

- (a) A provisão para perda nos estoques inclui: i) as mercadorias vencidas e danificadas nos estoques do Grupo, sem a expectativa de ressarcimento nas políticas dos fabricantes, totalizando R\$ 2.337 (2019: R\$ 2.253); e ii) provisão para perdas prováveis de inventário geral na rede de lojas no montante de R\$ 3.273 (2019: R\$ zero). O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, na rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

As perdas de mercadorias para revenda, materiais de consumo e as variações no saldo de estoques foram incluídos no “Custo dos Produtos Vendidos” e totalizam R\$ 501.095 (R\$ 474.538 em 30 de junho de 2019). Os valores incluem o valor da baixa de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas nos períodos e totalizaram R\$ 10.288 (R\$ 6.289 em 30 de junho de 2019).

A movimentação da provisão de estoques no período encontra-se apresentada a seguir:

	30.06.2020	31.12.2019
Saldo inicial	(2.253)	(2.664)
Constituições	(5.610)	(2.253)
Reversões	<u>2.253</u>	<u>2.664</u>
	<u>(5.610)</u>	<u>(2.253)</u>

12 Impostos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	30.06.2020	31.12.2019
Tributos sobre o lucro a recuperar		
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	415	361
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	90	90
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	<u>7</u>	<u>6</u>
	<u>512</u>	<u>457</u>
Outros tributos a recuperar		
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias (a)	99.246	14.549
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – perdas (b)	5.984	5.306
PIS – Programa de integração social (c)	1.664	-
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social (c)	7.662	-
Outros impostos a recuperar	<u>10</u>	<u>10</u>
	<u>114.566</u>	<u>19.865</u>
Total dos impostos a recuperar	<u>115.078</u>	<u>20.322</u>
Ativo circulante	70.461	12.998
Ativo não circulante	44.617	7.324

(a) Os créditos de ICMS no ativo circulante e não circulante, estão compostos da seguinte forma:

	30.06.2020	31.12.2019
Composição dos créditos de ICMS a recuperar (ressarcimento)		
ICMS-ST - transferências entre estabelecimentos (a.1.)	14.450	14.549
ICMS-ST - pago antecipadamente (a.2.)	16.706	-
ICMS-ST - não definitivo do período corrente (a.3.)	12.864	-
ICMS-ST - não definitivo de períodos retroativos (a.3.)	<u>55.226</u>	<u>-</u>
	<u>99.246</u>	<u>14.549</u>

a.1. Ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias nos estabelecimentos

O montante de R\$ 14.450 (R\$ 14.549 em 31 de dezembro de 2019) é oriundo do ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelo seu Centros de Distribuição no Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária. O respectivo montante deve ser compensado no período estimado entre 12 e 24 meses nas operações do Grupo. Os impactos no resultado foram refletidos em recuperação de custo da mercadoria vendida.

a.2. Regime Especial – atribuição da condição de substituto tributário a estabelecimento atacadista

Em 25 de maio de 2020, através da publicação em Diário Oficial do Estado do Paraná, no uso das suas atribuições, concedeu o regime especial ao estabelecimento Centro de Distribuição Colombo-PR, sendo o mesmo beneficiado e eleito sujeito passivo por substituição, para efeitos de retenção do ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) relativo às operações subseqüentes, nas operações de saída com as mercadorias, sendo: cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador; lâmina e aparelho de barbear; produtos alimentícios e produtos farmacêuticos. A vigência do regime especial iniciou-se em 01 de junho de 2020.

Os impactos do referido regime são inicialmente: i) na prorrogação de prazo de recolhimento da substituição tributária após a entrada em vigência do regime especial, considerando que o imposto será apurado com base nas saídas do estabelecimento Centro de Distribuição Colombo-PR e recolhido no mês posterior da emissão do documento fiscal; ii) ressarcimento dos montantes pagos antecipadamente e anteriores ao referido regime, e iii) aumento do ICMS próprio e redução do ICMS-ST referente as transferências destinadas aos estados de São Paulo e Santa Catarina, de forma a possibilitar a realização dos créditos acumulados. O Grupo antecipadamente realizou pagamento de substituição tributária (ST) nas compras dos estoques diretamente no Centro de Distribuição Colombo-PR no montante de R\$ 16.707 até 31 de maio de 2020. O respectivo montante deve ser compensado no período estimado entre 12 e 36 meses nas operações do Grupo.

a.3 ICMS-ST não definitivo

O montante de R\$ 12.864 em 30 de junho de 2020 é resultante do regime normal de apuração de ICMS dos centros de distribuição e lojas e referente aos créditos tributários de ICMS ST não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais no período corrente.

O montante de R\$ 55.226 refere-se ao reconhecimento extemporâneo dos referidos créditos de ICMS-ST não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais do período de julho de 2017 a setembro de 2019. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral, garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente comercializadas. Conforme recepção da matéria e regulamentação no Estado do Paraná, através do Decreto nº 3886/2020, e NPFº 002, não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF, a qual permite o levantamento e ressarcimento e/ou complemento das diferenças do ICMS-ST a partir de outubro de 2016. O respectivo montante já levantado e reconhecido deverá ser realizado no período estimado entre 12 e 36 meses nas operações do Grupo.

- (b) Ressarcimento de ICMS-ST sobre perdas de mercadorias, compondo o montante de R\$ 5.984 (R\$ 5.306 em 31 de dezembro de 2019). A Empresa está em fase de distribuição das petições por posto de fiscalização, e em observância das normas legais irá pleitear a restituição em espécie. Dessa forma, a expectativa é de realizar o montante no prazo de 12 meses.
- (c) Mandado de segurança – Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Trânsito em julgado

Em 26 de maio de 2020, o mandado de segurança impetrado pelo Grupo, transitou em julgado favoravelmente à empresa, afastando a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O reconhecimento do direito aplica-se também às operações já realizadas. Portanto, será possível recuperar os valores pagos a título de PIS e Cofins sobre ICMS destacado nas operações pretéritas, nos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento. Como o ajuizamento ocorreu em 14/03/2017, será possível recuperar os valores pagos de 14/03/2012 a 26/05/2020.

Em 30 de junho de 2020, o Grupo tem levantado os montantes abaixo:

	30.06.2020
PIS – Programa de integração social	
Período corrente	219
Reconhecimento extemporâneo – crédito	1.066
Reconhecimento extemporâneo – atualização	379
	<hr/>
	1.664
	<hr/> <hr/>

COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	
Período corrente	1.009
Reconhecimento extemporâneo – crédito	4.910
Reconhecimento extemporâneo – atualização	1.743
	7.662

Os respectivos créditos serão compensados em até 12 meses e estão devidamente atualizados pela SELIC. Os impactos no resultado estão apresentados como ganho tributário R\$ 5.976, referente ao valor do crédito principal extemporâneo, e R\$ 2.122 como atualização financeira pela SELIC.

13 Direitos sobre precatórios (Controladora e Consolidado)

Os direitos sobre precatórios são de esfera estadual e estão da seguinte forma distribuídos:

	30.06.2020	31.12.2019
Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a)	43.398	42.925
Créditos remanescentes - acordo geral (b)	7.312	5.804
Saldo remanescente do precatório nº 51.218/97 (c)	3.790	-
Outros precatórios estaduais (d)	1.431	1.431
	55.931	50.160
Ativo circulante	-	-
Ativo não circulante	55.931	50.160

- (a) Os créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre o Grupo e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016 somam, em 30 de junho de 2020, o montante de R\$ 43.398 (R\$ 42.925 em 2019), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR. Para o período de seis meses findo em 2020 e em 2019, foi reconhecido no resultado a atualização do respectivo crédito no montante de R\$ 473 e R\$ 10.028, respectivamente.
- (b) Os saldos do precatório 51.218/97, remanescentes no valor de R\$ 7.312 (R\$ 5.804 em 2019) são provenientes da conciliação efetuada em 18 de dezembro de 2014, onde o Grupo detinha em um único precatório o valor de R\$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R\$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito. Em 30 de junho de 2020, os valores estão atualizados com critérios aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), sendo o saldo remanescente de R\$ 7.312 (R\$ 5.804 em 2019). A atualização teve impacto no resultado do Grupo de R\$ 1.508 em 2020 (R\$ 1.363 em 2019).
- (c) Os saldos remanescentes do precatório nº 51.218/97 no valor de R\$ 3.790, tem como credora originária CR Almeida, sendo o crédito praticamente certo nas premissas dos assessores jurídicos do Grupo, bem como nos relatórios de conciliação com a Procuradoria do Estado do Paraná. A aquisição do crédito aconteceu nos termos do Segundo Termo Aditivo ao Acordo para Dissolução Parcial da Sociedade assinado em 30 de junho de 2020 pelos representantes legais da Farmácia e Drogerias Nissei (compradora) e Comércio de Medicamentos Maeoka (vendedora), o valor de aquisição é R\$ 10.154 e a quitação ocorreu com saldo a receber do conta corrente entre as partes envolvidas. Após a avaliação dos créditos do precatório, a administração da Companhia, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos e utilizando dos relatórios da Procuradoria do Estado do Paraná, entendeu que a operação de compra e valor praticamente certo de crédito do precatório, resultava na perda do valor recuperável, sendo o montante de R\$ 6.285, imediatamente reconhecida no resultado do período.
- (d) Os demais créditos de precatórios, que somam R\$ 1.431, registrados no ativo não circulante, estão registrados pelo valor de custo. Tais precatórios serão realizados até 31 de dezembro de 2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.

14 Instrumentos financeiros derivativos

As estratégias e políticas para contratação de instrumentos financeiros, estão descritas na nota explicativa nº 37.

Em 30 de junho de 2020, o Grupo tem o contrato na modalidade SWFC Netting Termo com o Banco Votorantim, com o objetivo de proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

Valor do principal	Ponta ativa	Ponta passiva	Resultado
33.000	43.865	33.019	10.846

As variações nos saldos passivos (empréstimos) e demais garantias vinculadas estão descritas na nota explicativa 24.

15 Outros ativos

Os valores a receber estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Outros ativos – partes relacionadas				
Venda de participação societárias (a)	87.000	-	87.000	-
Venda de ativos imobilizados (b)	15.619	1.843	15.619	-
Antecipações para coligadas (c)	-	10.075	-	10.075
Mútuos a receber (d)	3.702	3.702	3.702	9.837
Hiperzoo Pet Shop	-	-	-	3.221
Antecipações de lucros	-	2.226	-	4.541
Total outros ativos – partes relacionadas	106.321	17.846	106.321	27.674
Acordos comerciais a receber	15.827	30.703	15.827	30.703
Bloqueios judiciais	-	3.094	-	3.094
Antecipações para colaboradores	2.553	3.082	2.553	3.082
Antecipações para fornecedores	2.082	2.972	2.082	2.972
Prêmios de seguros	641	854	641	854
Outros	4.648	2.368	4.648	6.753
Total outros ativos – terceiros	25.751	43.073	25.751	47.458
Total outros ativos	132.072	60.919	132.072	75.132
Ativo circulante	24.216	39.404	24.216	41.299
Ativo não circulante	107.856	21.515	107.856	33.833

- (a) O montante de R\$ 87.000 a receber refere-se a venda da participação societária da controlada Nissei Administradora de Bens – As informações adicionais da operação de venda consta nas notas explicativas 17 e 18.
- (b) O valor de R\$ 15.619 a receber refere-se a venda de ativos imobilizados do Grupo no período. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 17.

- (c) Os valores em aberto com a parte relacionada Comércio de Medicamentos Maeoka em 31 de dezembro de 2019, envolve direitos a receber da sociedade, os quais foram totalmente liquidados em 30 de junho de 2020, por meio de acordo entre as partes. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 17.
- (d) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes não prevê prazo para pagamento e atualização dos saldos por taxa de juros – vide nota explicativa 17.

16 Outros investimentos (Controladora e Consolidado)

O Grupo habilitou-se para aquisição da massa falida Comércio de Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coletto, conforme processo judicial na 2ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Recuperações da Comarca de Curitiba - PR, ao final do processo absorveu os terrenos e imóveis da referida massa falida face aos pagamentos realizados pelo Grupo aos demais credores. A composição dos pagamentos aos credores está demonstrada abaixo:

	30.06.2020	31.12.2019
Aquisição sub judice	-	4.598
Liquidações de dívidas	-	3.553
Parcelamentos federais	-	2.583
Parcelamentos estaduais	-	227
Parcelamentos municipais	-	36
Outros	-	1.457
	-	12.454
	-	12.454

Os valores supracitados estão demonstrados a valores originais e compreendem pagamentos de débitos tributários, gastos com reformas em imóveis e credores privilegiados, trabalhistas e quirografários.

O processo teve trâmite final no mês de maio de 2020 e os bens da massa falida foram transferidos para o Grupo. Estes bens foram vendidos no mês de junho, conforme descrito na nota explicativa 17b, por R\$15.619, sendo apurado um ganho de R\$ 2.754, reconhecido na rubrica “outras receitas operacionais” dentro do resultado do período.

17 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em aberto são precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e devem ser liquidados conforme fluxo de caixa dos envolvidos.

Abaixo demonstramos os saldos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Ativo não circulante				
Com. de medicamentos Maeoka Ltda. (a)	-	10.075	-	10.075
Nissei Administradora de Bens (b)	15.619	1.843	15.619	-
Antecipação de lucros	-	2.226	-	4.541
Hiperzoo Pet Shop (e)	-	-	-	3.221
Venda de participação societárias para sócios (c)	87.000	-	87.000	-
Mútuo de sócios (d)	3.702	3.702	3.702	9.837
Total do ativo não circulante	106.321	17.846	106.321	27.674
	106.321	17.846	106.321	27.674

Passivo				
Nissei Administradora de Bens	2.075	1.674	2.075	-
Dividendos a pagar aos acionistas (f)	<u>6.210</u>	<u>-</u>	<u>6.210</u>	<u>-</u>
Total do saldo passivo	<u>8.285</u>	<u>1.674</u>	<u>8.285</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	8.285	-	8.285	-
Passivo não circulante	-	1.674	-	-

- (a) Em 30 de junho de 2020, o Grupo firmou acordo com a Comércio de Medicamentos Maeoka Ltda., o que resultou, dentre outros, na liquidação do mútuo ativo de R\$ 10.075 por meio do recebimento do precatório mencionado na nota explicativa 13, cujo valor foi avaliado em R\$ 3.790, sendo reconhecida perda de R\$ 6.285, imediatamente reconhecida no resultado do período. Não há valores adicionais decorrentes desta negociação entre as empresas.
- (b) O saldo em aberto em 30 de junho de 2020 refere-se a venda de imóveis no valor de R\$ 15.619, o qual será pago em conta corrente do Grupo até junho de 2022, sujeito a multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo além de juros moratórias de 3% ao ano. O valor da transação gerou ganho na venda de imobilizado no montante de R\$ 2.754 reconhecido no resultado do Grupo.
- (c) Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R\$ 87.000, devendo o montante ser pago pelos sócios da investida no prazo de até 24 meses. O valor da transação foi estabelecido conforme contrato estabelecido entre as partes, cujo valor poderia ter sido diferente se negociado com terceiros. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 18.
- (d) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes não prevê atualização dos saldos por taxa de juros e o prazo para pagamento é agosto de 2021, sujeito a multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo além de juros moratórias de 3% ao ano.
- (e) O montante de R\$ 3.221 refere-se ao mútuo entre a Nissei Administradora de Bens e o Hiperzoo Pet Shop. Conforme mencionado na nota (b), a Companhia vendeu sua participação (99,9641%) do investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda. As condições negociadas entre as partes não prevê atualização dos saldos por taxa de juros e o prazo para pagamento está classificado como longo prazo.
- (f) Em 30 de junho de 2020, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$ 9.272 em atos legais, dos quais R\$ 6.210 permanecem em aberto na data base.

O Grupo possui imóveis locados da Nissei Administradora de Bens. As transações de aluguel são precificadas com base em condições de mercado e são liquidados em base mensal, compreendendo os desembolsos abaixo durante os respectivos exercícios:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Centro de Treinamentos Nissei	87	315
Loja Nissei - Champagnat Batel	16	64
Loja Nissei - Alto da VX 24 horas	90	353
Loja Nissei - Juvevê Rocha Pombo	28	107
Loja Nissei - Praia de Leste	36	140
Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas	33	122
Outros aluguéis	<u>185</u>	<u>661</u>
	<u>475</u>	<u>1.762</u>

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da administração inclui a distribuição de pró-labore mensal destinado à presidência e aos diretores, totalizando em 30 de junho de 2020 o montante de R\$ 886 (R\$ 1.628 em 31 de dezembro de 2019).

As participações no capital social da controladora estão distribuídas, conforme segue:

Farmácia e Drogaria Nissei S.A. - O capital social está representado por 21.720.362 ações ordinárias nominativas, sem de valor nominal, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

18 Investimentos (Controladora)

a. Composição dos saldos

	30.06.2020	31.12.2019
Investimento em controlada	-	107.261
	-	107.261

Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., evidenciada na rubrica “Investimentos em controlada”. Desta forma, saindo na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida.

b. Movimentação dos saldos

Abaixo movimento das transações envolvendo o respectivo investimento.

	Nissei Adm. Bens
Saldo em 31 de dezembro de 2019	107.261
(+) Aumento de capital social	3.918
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(3.907)
(-) Realização da reserva de reavaliação por venda de quotas	(45.180)
(-) Realização do custo de aquisição e aportes de capital	(62.119)
(-) Outros ajustes	27
Saldo em 30 de junho de 2020	-

A equivalência patrimonial dos resultados da investida até 30 de junho de 2020 no montante de R\$ 3.907 foi reconhecida no resultado do Grupo.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia optou pela venda na integralidade das quotas (99,9641%) de participação na investida Nissei Administradora de Bens, resultando na realização do saldo da reserva de reavaliação no patrimônio líquido e custo de aquisição e demais aportes das quotas da sociedade, conforme evidenciado acima, nos montantes de R\$ 45.180 e R\$ 62.119, respectivamente.

Tendo em vista que a operação em questão foi realizada com o controlador final do Grupo, os efeitos da venda da participação societária foram reconhecidos em seu patrimônio líquido, conforme segue:

(+)	Valor da alienação do investimento	87.000
(-)	Valor do investimento na data da alienação	<u>(107.299)</u>
Perda registrada no patrimônio líquido		<u>(20.299)</u>

c. Detalhes da investida

	30.06.2020	31.12.2019
Ativo circulante	1.366	2.003
Ativo não circulante	<u>148.337</u>	<u>134.369</u>
Ativo total	<u>149.703</u>	<u>136.372</u>
Passivo circulante	2.763	3.136
Passivo não circulante	39.613	25.917
Patrimônio líquido	<u>107.327</u>	<u>107.319</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>149.703</u>	<u>136.372</u>
Demonstração do resultado:		
Receitas líquidas	1.176	3.495
(Prejuízo) lucro líquido do exercício / período	<u>(3.908)</u>	<u>145</u>
Participação (%) (a)	<u>99,9641%</u>	<u>99,9641%</u>
Equivalência patrimonial	<u>(3.907)</u>	<u>143</u>

(a) O investimento foi vendido em 30 de junho de 2020. Vide detalhes na nota 18a.

19 Ativo biológico (Consolidado)

A controlada mantém investimentos em plantações de pinus e eucaliptos, sendo os mesmos acompanhados periodicamente nos preceitos do CPC 29 / IAS 41 / CPC 46 / IAS 13, reconhecendo seus efeitos nas demonstrações contábeis do Grupo, considerando certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os ativos biológicos correspondem à plantação de árvores, basicamente representada por eucaliptos e pinus com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos), em uma área total cultivada de 2.307 hectares no montante de R\$ 40.023 em 2019. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, no grupo de outras despesas e receitas operacionais.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de

colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

a. Mensuração dos valores justos

A Companhia avalia o ativo biológico por mensuração baseada em mercado, objetivando estimar o preço pelo qual uma transação de venda ou transferência não forçada do ativo deveria ocorrer, seguindo os preceitos do CPC 46 / IAS 13.

A mensuração dos valores justos da madeira em pé e seus inputs foram classificadas pela quantidade do volume comercial calculada através do Incremento Médio Anual – IMA e a previsão ou planejamento de manejo correspondente a cada região.

Abaixo segue demonstrativo do resultado dos estudos realizados por profissional qualificado na avaliação do valor justo:

	31.12.2019
Saldo de início do exercício	36.204
Varição por mudança no valor justo	2.512
Novos investimentos	1.307
	40.023

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<p>Madeira em pé - pinus e eucaliptos com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos)</p>	<p>Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para 17 anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Preços futuros estimados de madeira por m³ (2019: R\$ 5,00 - 140,00, média ponderada de 65,00; 2020: R\$ 5,00 – 140,00, média ponderada de R\$ 66,00). • Custo de manutenção do plantio por hectare (2019: 120,00 - 450,00, média ponderada de R\$ 263,00; 2020: 120 – 450,00, média ponderada de R\$ 263,00) • Taxa de desconto ajustada ao risco (2019 - 9,5%; 2020: 9,5%) 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os preços da madeira forem superiores (inferiores); • os custos de manutenção do plantio forem menores (maiores); ou • a taxa de desconto ajustada ao risco forem menores (maiores).

20 Imobilizado

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

a. Conciliação do valor contábil

Descrição	Controladora e Consolidado			Controladora			Consolidado		
	30.06.2020			31.12.2019			31.12.2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado									
Terrenos	-	-	-	-	-	-	59.736	-	59.736
Edificações	-	-	-	-	-	-	21.330	(4.177)	17.153
Benfeitorias em imóvel de terceiros	71.058	(38.673)	32.385	66.687	(34.808)	31.879	66.687	(34.808)	31.879
Equipamentos de informática	25.353	(15.781)	9.572	24.103	(14.185)	9.918	24.116	(14.198)	9.918
Instalações	26.541	(12.081)	14.460	25.649	(11.118)	14.531	25.649	(11.118)	14.531
Máquinas e equipamentos	7.384	(4.862)	2.522	7.297	(4.540)	2.757	7.552	(4.733)	2.819
Móveis e utensílios	56.926	(27.080)	29.846	55.278	(24.414)	30.864	55.486	(24.570)	30.916
Veículos de uso	6.242	(4.961)	1.281	6.507	(4.910)	1.597	10.204	(7.106)	3.098
Direito de uso – arrendamento	212.333	(68.214)	144.119	181.716	(44.071)	137.645	181.716	(44.071)	137.645
Imobilizado em andamento	1.657	-	1.657	1.266	-	1.266	1.267	-	1.267
Total	407.494	(171.652)	235.842	368.503	(138.046)	230.457	453.743	(144.781)	308.962

b. Movimentação do ativo imobilizado (Controladora)

Custo	Controladora										Total
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Direito de uso – arrendamento	Imobilizado em andamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	23.751	7.119	49.732	21.691	6.902	59.737	-	1.397	170.329
Adições	-	-	898	58	2.591	1.119	365	1.816	162.005	2.113	170.965
Baixas	-	-	(12)	-	(73)	-	(815)	(640)	-	-	(1.540)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	1.985	-	(1.985)	-
Saldo em 30 de junho de 2019	-	-	24.637	7.177	52.250	22.810	6.452	62.898	162.005	1.525	339.754
Adições	-	-	1.018	120	3.028	1.293	314	1.037	20.259	3.142	30.211
Baixas	-	-	(6)	-	-	-	(259)	(489)	(548)	(160)	(1.462)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	3.241	-	(3.241)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	25.649	7.297	55.278	24.103	6.507	66.687	181.716	1.266	368.503
Adições	(a) 7.467	(a) 5.398	892	103	1.654	1.242	36	1.521	(a) 35.176	5.223	58.712
Baixas	(a) (7.467)	(a) (5.398)	-	(16)	(6)	(4)	(289)	(1.982)	(4.559)	-	(19721)
Transferências	-	-	-	-	-	12	(12)	4.832	-	(4.832)	-
Saldo em 30 de junho de 2020	-	-	26.541	7.384	56.926	25.353	6.242	71.058	212.333	1.657	407.494

Controladora									
Depreciação acumulada	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Direito de uso – arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(9.321)	(3.905)	(19.483)	(11.283)	(4.560)	(26.313)	-	(74.865)
Adições	-	(887)	(317)	(2.406)	(1.409)	(547)	(4.679)	(21.639)	(31.884)
Baixas	-	5	-	15	-	375	426	-	821
Saldo em 30 de junho de 2019	-	(10.203)	(4.222)	(21.874)	(12.692)	(4.732)	(30.566)	(21.639)	(105.928)
Adições	-	(916)	(318)	(2.540)	(1.493)	(416)	(4.682)	(22.432)	(32.797)
Baixas	-	1	-	-	-	238	440	-	679
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(11.118)	(4.540)	(24.414)	(14.185)	(4.910)	(34.808)	(44.071)	(138.046)
Adições	(29)	(963)	(325)	(2.670)	(1.600)	(297)	(5.012)	(24.143)	(35.039)
Baixas	29	-	3	4	4	246	1.147	-	1.433
Saldo em 30 de junho de 2020	-	(12.081)	(4.862)	(27.080)	(15.781)	(4.961)	(38.673)	(68.214)	(171.652)

(a) Estas transações não envolveram caixa.

c. Movimentação do ativo imobilizado (Consolidado)

Consolidado											
Custo	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Direito de uso – arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	62.228	22.618	23.751	7.340	49.939	21.704	9.670	59.737	-	1.397	258.384
Adições	-	-	898	58	2.591	1.119	1.164	1.816	162.005	2.113	171.764
Baixas	-	-	(12)	-	(73)	-	(815)	(640)	-	-	(1.540)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	1.985	-	(1.985)	-
Saldo em 30 de junho de 2019	62.228	22.618	24.637	7.398	52.457	22.823	10.019	62.898	162.005	1.525	428.608
Adições	564	49	1.018	154	3.029	1.293	648	1.037	20.259	3.143	31.194
Baixas	(3.056)	(1.337)	(6)	-	-	-	(463)	(489)	(548)	(160)	(6.059)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	3.241	-	(3.241)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	59.736	21.330	25.649	7.552	55.486	24.116	10.204	66.687	181.716	1.267	453.743
Adições	14.236	14.638	892	129	1.654	1.242	421	1.521	35.176	5.222	75.131
Baixas	(7.467)	(5.398)	-	(16)	(6)	(4)	(695)	(1.982)	(4.559)	-	(20.127)
Transferências	-	-	-	-	-	12	(12)	4.832	-	(4.832)	-
Baixa saldos investida	(66.505)	(30.570)	-	(281)	(208)	(13)	(3.676)	-	-	-	(101.253)
Saldo em 30 de junho de 2020	-	-	26.541	7.384	56.926	25.353	6.242	71.058	212.333	1.657	407.494

Consolidado

Depreciação acumulada	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Direito de uso – arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(3.525)</u>	<u>(9.321)</u>	<u>(3.993)</u>	<u>(19.619)</u>	<u>(11.326)</u>	<u>(6.631)</u>	<u>(26.314)</u>	<u>-</u>	<u>(80.729)</u>
Adições	(267)	(887)	(317)	(2.425)	(1.409)	(683)	(4.679)	(21.639)	(32.306)
Baixas	-	5	-	15	-	375	426	-	821
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>(3.792)</u>	<u>(10.203)</u>	<u>(4.310)</u>	<u>(22.029)</u>	<u>(12.735)</u>	<u>(6.939)</u>	<u>(30.567)</u>	<u>(21.639)</u>	<u>(112.214)</u>
Adições	(385)	(916)	(333)	(2.541)	(1.463)	(609)	(4.682)	(22.432)	(33.361)
Baixas	-	1	-	-	-	442	440	-	883
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(4.177)</u>	<u>(11.118)</u>	<u>(4.733)</u>	<u>(24.570)</u>	<u>(14.198)</u>	<u>(7.106)</u>	<u>(34.809)</u>	<u>(44.071)</u>	<u>(144.781)</u>
Adições	(367)	(963)	(334)	(2.680)	(1.600)	(512)	(5.012)	(24.143)	(35.611)
Baixas	29	-	3	4	4	652	1.147	-	1.839
Baixa saldos investida	4.515	-	202	166	13	2.005	-	-	6.901
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>-</u>	<u>(12.081)</u>	<u>(4.862)</u>	<u>(27.080)</u>	<u>(15.781)</u>	<u>(4.961)</u>	<u>(38.674)</u>	<u>(68.214)</u>	<u>(171.652)</u>

Venda de ativo imobilizado

Em 30 de junho de 2020, a Companhia vendeu os bens adquiridos no processo de Massa Falida - Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coletto para a Nissei Administradora de Bens pelo valor de R\$ 15.619, conforme nota explicativa 17, devendo os montantes serem recebidos no período de 24 meses. A transação gerou ganho de R\$ 2.754 reconhecido na rubrica de outras receitas operacionais no resultado do período.

Garantias

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o Grupo e seus acionistas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 24.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

21 Intangível (Controladora e Consolidado)

Custo	Software em uso	Software em desenvolvimento	Fundo de Comércio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.324	-	10.275	24.599
Adições	1.364	-	-	1.364
Baixas	-	-	(235)	(235)
Amortizações	(2.214)	-	(58)	(2.272)
Saldo em 30 de junho de 2019	13.474	-	9.982	23.456
Adições	354	-	800	1.154
Baixas	-	-	(5)	(5)
Amortizações	(2.387)	-	(62)	(2.449)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.441	-	10.715	22.156
Adições	580	15	240	835
Baixas	(6)	-	(705)	(711)
Transferências	15	(15)	-	-
Amortizações	(2.386)	-	(1.246)	(3.632)
Saldo em 30 de junho de 2020	9.644	-	9.004	18.648

Software

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. O Grupo realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

O acréscimo na rubrica “Software” refere-se aos custos de implementação de novos sistemas e substituição do banco de dados.

Fundo de comércio

Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial. Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o exercício encerrado em 30 de junho de 2020, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliada ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso do Grupo referem-se as localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados para da UGC.

A amortização dos fundos de comércio ocorre conforme descrito nota 6 (i).

22 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Fornecedores de mercadorias	183.601	244.065	183.601	244.065
Fornecedores de bens e serviços	<u>8.275</u>	<u>10.470</u>	<u>8.275</u>	<u>10.593</u>
	<u>191.876</u>	<u>254.535</u>	<u>191.876</u>	<u>254.658</u>

23 Arrendamentos a pagar

O Grupo arrenda uma série de imóveis para o seu espaço de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 5 (lojas) a 10 anos (centro de distribuição). Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

Para o reconhecimento inicial do direito de uso e obrigações com arrendamentos foram consideradas as seguintes premissas:

- O início do prazo de arrendamento considera a data em que o Grupo passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir essa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.

- Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Controladora) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

- Aluguéis comerciais: em virtude desse tipo de contrato possuir diversos tipos de prazos, definiu-se utilizar as seguintes premissas:

- Contratos de lojas com contratos de prazos originais ou aditivos de renovações vigentes e que geram resultados operacionais economicamente viáveis considerou-se o prazo restante do contrato.

- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo de 60 meses.
- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas em avaliação de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 24 meses e também o prazo estimado pela Administração de manter as instalações comerciais.
- Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.

O Grupo avalia no início do arrendamento se é razoavelmente certo exercer as opções de renovação, considerando se haverá um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias sob seu controle.

A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles alugueis contratados na data de assinatura. Após análise, a taxa nominal de desconto ficou em 0,91% a.m., a qual dentro das análises do Grupo correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.

Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo no final do prazo contratual, foram consideradas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que o Grupo reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações de planos comerciais estratégicos e intenção dos locadores na continuidade do contrato.

Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

O Grupo ressalta que irá acompanhar periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 – Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período findo em 30 de junho de 2020, foi a seguinte:

Movimentação	Contrato arrendamentos
Passivo reconhecido em 1º de janeiro de 2019	<u>148.382</u>
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.882
Pagamentos efetivados - principal	(38.129)
Pagamentos efetivados – juros	(15.725)
Juros reconhecidos no resultado	15.918
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	<u>(1.118)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>143.210</u></u>

Passivo circulante	41.580
Passivo não circulante	101.630
	<u>143.210</u>
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	35.176
Pagamentos efetivados - principal	(21.414)
Pagamentos efetivados – juros	(8.482)
Juros reconhecidos no resultado	8.530
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	<u>(4.325)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>152.695</u>
Passivo circulante	41.725
Passivo não circulante	110.970
	<u>152.695</u>

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

	31.06.2020	31.12.2019
Menos de 1 ano	41.725	41.580
Entre 1 e 5 anos	101.209	89.480
Mais de 5 anos (Centro de distribuição)	<u>9.761</u>	<u>12.150</u>
	<u>152.695</u>	<u>143.210</u>

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período findo em 30 de junho de 2020, foi a seguinte:

Direito de uso de arrendamento	
Ativo reconhecido em 01 de janeiro de 2019	148.382
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.88
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(548)
Depreciação no período	<u>(44.071)</u>
Direito de uso de arrendamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	137.644
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	35.176
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(4.559)
Depreciação no período	<u>(24.142)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>144.119</u>

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n/º1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06 (R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CMV (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. O Grupo desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possa chegar a informação. Os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada – 0,91% a.m.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 0,3% a.m.
- Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo):

	31.06.2020	31.12.2019
2020	21.234	41.580
2021	40.023	30.866
2022	36.078	30.131
2023	30.847	24.266
2024	11.705	4.127
2025 em diante	<u>12.808</u>	<u>12.150</u>
	<u>152.695</u>	<u>143.210</u>

24 Empréstimos e financiamentos

Moeda estrangeira

Descrição	Indexador	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
<i>4131 (a)</i>					
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	<u>44.924</u>	<u>40.746</u>	<u>44.924</u>	<u>40.746</u>
Total		<u>44.924</u>	<u>40.746</u>	<u>44.924</u>	<u>40.746</u>

Moeda nacional

Descrição	Indexador	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
<i>Capital de giro</i>					
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada (CDI)	76.107	78.246	76.107	78.246
Banco Paulista	Pré fixada + pós fixada (CDI)	937	3.751	937	3.751
Banco do Brasil	Pré fixada + pós fixada (CDI)	1.179	7.322	1.179	7.322
Banco Santander	Pré fixada + pós fixada (CDI)	441	2.992	441	2.992
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	11.323	7.737	11.323	7.737
Banco ABC	Pré fixada + pós fixada (CDI)	38.415	38.309	38.415	38.309
Banco Itaú	Pré fixada + pós fixada (CDI)	15.030	2.136	15.030	2.136
Banco Daycoval	Pós fixada (CDI)	<u>10.077</u>	<u>6.858</u>	<u>10.077</u>	<u>6.858</u>
Total		153.509	147.351	153.509	147.351

Arrendamentos

(Leasing)

Banco Safra	Pré fixada	99	161	99	326
Banco Daycoval	Pré fixada	315	441	315	441
HP Financial	Pré fixada	2.334	2.449	2.334	2.449
Total		2.748	3.051	2.748	3.216

CDC

Banco Safra	Pré fixada	353	415	353	688
Banco Bradesco	Pré fixada	357	520	357	732
Banco Itaú	Pré-Fixada	246	303	246	303
Total		956	1.238	956	1.723

Total de empréstimos e financiamentos	202.137	192.386	202.137	193.036
--	----------------	----------------	----------------	----------------

Circulante	55.366	46.917	55.366	47.263
-------------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Não circulante	146.771	145.469	146.771	145.773
-----------------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Covenants financeiros

A Companhia não possui cláusulas de vencimento antecipado contendo índices financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 30 de junho de 2020.

Cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado

Alguns instrumentos de dívida possuem cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia.

Taxas contratadas

O Grupo trabalha na data de 30 de junho de 2020 com juros pré-fixados e juros pós-fixados.

As taxas médias de juros são:

- Pré-fixado - Juros médios de 1,09 % a.m.
- Pós fixados – Juros médios de CDI + 0,35% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos do Grupo os seguintes bens e direitos:

- Aval dos acionistas
 - Fluxo de carteira de cartão de crédito
 - Aplicações financeiras (nota explicativa 9)
 - Fluxo de outros recebíveis (convênios)
 - Ativos do Grupo e de acionistas, sendo: i) acionistas - Fazenda de Guarapuava, incluindo o ativo biológico; imóveis comerciais e residências e ii) Companhia - Alienação fiduciária de estoques no valor de R\$ 7.300.
 - Veículos diversos e outros bens móveis objetos de operação para aquisição dos mesmos.
- Não há qualquer outro ativo do Grupo arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos no ano compreendem:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2018	138.112	138.643
Captações	160.552	160.912
Juros e atualizações	12.577	12.621
(-) Pagamento do principal	(105.852)	(106.097)
(-) Pagamento de juros	(13.542)	(13.582)
(-) Novos custos da transação	(1.795)	(1.795)
Amortização de custo da transação	2.334	2.334
Saldo em 31.12.2019	192.386	193.036
Captações	33.207	33.456
Juros e atualizações	18.885	18.923
(-) Pagamento do principal	(35.237)	(35.415)
(-) Pagamento de juros	(7.561)	(7.598)
(-) Novos custos da transação	(170)	(170)
Amortização de custo da transação	627	627
Exclusão pela venda da investida	-	(722)
Saldo em 30.06.2020	202.137	202.137

Cronograma de pagamento:

2020	38.996
2021	33.768
2022	36.374
2023	33.301
2024	33.191
2025	16.873
2026	9.634
Total	202.137

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado do Grupo nas renegociações de empréstimos junto aos Bancos do Brasil e Safra, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo movimento:

Saldo em 31.12.2019	2.134
(-) Novos custos da transação	170
Amortização de custo da transação	(627)
Saldo em 30.06.2020	1.677

25 Debêntures (Controladora e Consolidado)

	30.06.2020	31.12.2019
Primeira série (custo amortizado)	192.749	149.110
Segunda série (valor justo)	<u>48.582</u>	<u>40.602</u>
Total	<u>241.331</u>	<u>189.712</u>
Passivo circulante	241.331	88.806
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>100.906</u>
	<u>241.331</u>	<u>189.712</u>

A operação realizada em 29 de outubro de 2017 no montante total de R\$ 153.061 é composta por emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, que foi realizada junto ao CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, está subdividida em duas séries. A primeira série possui vencimento final em 31 de outubro de 2021 e, a segunda série deverá ser liquidada até 31 de outubro de 2023, iniciando o direito de exercício a partir do 48º mês do contrato (31 de outubro de 2021) e em conjunto com o vencimento da primeira série.

A conversão das ações somente é aplicável no caso de não pagamento das debênture, sendo as ações da Companhia garantia do montante devido no vencimento final.

As premissas de remuneração do contrato caracterizam a operação como um contrato combinado de forma que no reconhecimento inicial, a primeira série R\$ 192.749 em 30 de junho de 2020 (R\$ 149.110 em 31 de dezembro de 2019) é registrada pelo custo amortizado, e, a segunda série R\$ 48.582 em 30 de junho de 2020 (R\$ 40.602 em 31 de dezembro de 2019) por valor justo.

Após o reconhecimento inicial, a primeira série é mensurada pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, e, a segunda série, anualmente é mensurada pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Para classificação dos saldos do passivo circulante, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração e a reestruturação em curso e esforços para repactuar suas dívidas através de contratações de linhas de crédito com custos menores ou extensão das linhas existentes, cujos recursos serão utilizados para amortização destas debêntures..

Movimentação dos saldos de debêntures

Movimentação	Debêntures série 1	Debêntures série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	131.250	37.041	168.291
Parcela passivo circulante	3.693	-	3.693
Parcela passivo não circulante	127.557	37.041	164.598
(+) Apropriação custo da transação	2.013	-	2.013
(+) Atualização de juros - série 1	330	-	330
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	3.561	3.561
(+) Incorporação de 50% dos juros - série 1 (*)	31.034	-	31.034
(-) Pagamento de juros	(15.517)	-	(15.517)
Total das movimentações	17.860	3.561	21.421
Saldo em 31 de dezembro de 2019	149.110	40.602	189.712
(+) Apropriação custo da transação	1.005	-	1.005
(+) Atualização de juros - série 1	50.862	-	50.862
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	7.980	7.980
(-) Pagamento de juros	(8.228)	-	(8.228)
Total das movimentações	43.639	7.980	51.619
Saldo em 30 de junho de 2020	192.749	48.582	241.331
Parcela passivo circulante	192.749	48.582	241.331
Parcela passivo não circulante	-	-	-

(*) O pagamento de juros da primeira série é dividido em parcelas semestrais, sendo que 50% da remuneração deve ser liquidada em dinheiro, e 50% deve ser capitalizada e incorporada ao saldo do valor nominal da totalidade das debêntures, os quais deverão ser integralmente quitados na data de vencimento da primeira série.

Primeira série

Cada uma das debêntures da primeira série fará jus a juros simples pré-fixados entre 14,5% a 16,5% a.a. nos primeiros 12 meses e 18% a.a. a partir do 13º mês, capitalizados semestralmente. O prazo de vencimento é de 48 meses a partir da emissão de Debêntures (29 de outubro de 2017). Foram emitidas 153.061.000 debêntures na modalidade no valor de R\$ 1.

Para o cálculo do custo amortizado, foi considerado o fluxo previsto de pagamentos baseado na melhor estimativa da Administração.

Segunda série

A segunda série das debênture é remunerada considerando:

a. Com evento de liquidez

Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico do Grupo; ou,

b. Sem evento de liquidez

A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA Ajustado* acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.

*Calculado com o objetivo de avaliação dos índices de covenants.

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, ainda não apropriados ao resultado do Grupo no processo de emissão de debêntures foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo detalhamento:

- (a) Taxa de estruturação - Considerado a taxa de 2% do valor da operação, compreendendo o montante de R\$ 3.061, sendo realizado proporcional aos 48 meses da operação. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação da taxa de estruturação	3.061
Apropriações	
2017	(128)
2018	(765)
2019	(765)
2020	(382)
	<hr/>
Saldo a apropriar	<u>1.021</u>

- (b) Serviços especializados para análise preliminar, remodelagem e avaliação econômica e estratégica do Grupo, bem como orientação no preparo das informações e documentos, prospecção, abordagem e negociação com financiadores interessados, remunerados a taxa de sucesso de 3% dos recursos liberados líquidos dos impostos. O valor compreende o montante de R\$ 4.992. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação de serviços especializados	4.992
Apropriações	
2017	(208)
2018	(1.248)
2019	(1.248)
2020	(623)
	<hr/>
Saldo a apropriar	<u>1.664</u>

Antecipações despesas

As antecipações de estruturação, ainda não apropriados integralmente no resultado do Grupo, foram reduzidas do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do Debenturista. O montante inicial reconhecido foi de R\$ 1.300, sendo apropriados conforme:

Contratação de serviços especializados	1.300
Apropriações	
2017	(54)
2018	(325)
2019	(325)
2020	(162)
	<hr/>
Saldo a apropriar	<u>434</u>

Covenants

Os covenants financeiros são (data-base para apuração: 30 de outubro):

- (a) Obrigação de não-oração das ações do Grupo e do fluxo de caixa de dividendos; vedação do endividamento adicional, com exceção das linhas para capital de giro desde que o saldo adicional de tais linhas não ultrapasse R\$ 30.000; e

- (b) Indicador de liquidez através da fórmula: endividamento líquido (empréstimos e parcelamentos tributários, reduzido das disponibilidades) dividido pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses, a partir de outubro de 2017, devendo atingir no primeiro ano 3,5, no segundo ano 3,0, no terceiro ano 2,5 e no quarto ano 2,5; e
- (c) Distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da emissora e/ou quotistas da Nissei Administradora, valor que exceda R\$ 4.000 ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e líquido de impostos.

Tendo em vista aos esforços do Grupo para repactuação das dívidas através de contratação de linhas de créditos ou extensão das linhas existentes, o Grupo obteve, em 4 de dezembro de 2019 e 23 de abril de 2020, a anuência do Debenturista, com vigência até 31 de outubro de 2020 e 30 de novembro de 2020, respectivamente, quanto à não declaração do vencimento antecipado das obrigações do Grupo, no caso do não cumprimento da cláusula prevista no item (a) e (b), acima descritos.

Contudo, a anuência está condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações, de forma cumulativa:

- Quando do recebimento pelo Grupo de valores oriundos de precatórios no valor mínimo de R\$ 35.000, sendo certo a utilização para amortização facultativa previstas no contrato com a debenturista.
- Autorização para utilização de bens em garantia de operações financeiras relacionadas, sendo os ativos biológicos, as fazendas de Guarapuava, Itaperuçu e Rio Branco e Condomínio Brava.
- Amortização de juros da parcela de abril de 2020 prorrogada para 27 de julho de 2020, sem prejuízo as cláusulas contratuais.
- Amortização parcial de debêntures, no valor de R\$ 8.000 até 30 de novembro de 2020, sendo R\$ 4.000 pagos até 31 de agosto de 2020 e valor restante em 30 de novembro de 2020.
- Pagamento de waiver fee em favor da Debenturista, no valor de R\$ 450, o mesmo será adicionado aos montantes devidos por conta da operação inicial.
- Permanecer adimplente com todas as obrigações assumidas em âmbito da escritura e do contrato de alienação fiduciária.

Waiver adicional

O Grupo obteve em 25 de agosto de 2020, uma carta formalizando e consolidação as anuências e aprovações prévias já obtidas da debenturista (CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica) para a realização das operações abaixo descritas, as quais eram objeto de covenant no contrato de debêntures. As tratativas para as respectivas transações já eram previstas no contrato inicial com a debenturista e foram previamente aprovadas (até 30 de junho de 2020) pelas debenturistas. Abaixo os assuntos aprovados:

- Distribuição de dividendos a pagar para os acionistas – R\$ 7.000.
- Operações de compra e venda de imóveis por meio das quais a Nissei Administradora adquiriu 3 imóveis da Companhia, pelo valor global de R\$ 15.619.
- Operação de venda das quotas da Comércio de Medicamentos Maeoka na totalidade (1% do capital), juntamente com o prejuízo da operação no resultado do Grupo, bem como dispensa de aportes adicionais pelos acionistas do Grupo. Detalhes dos movimentos da operação estão na nota explicativa nº18.

- Operação de venda das quotas da Nissei Administradora de bens na integralidade (99,9641% do capital), conforme descrito na nota explicativa 18.

Garantias

A operação está garantida por:

- (a) alienação fiduciária da totalidade das ações do Grupo.
- (b) cessão fiduciária parcial dos dividendos distribuídos,
- (c) garantia pessoal (aval) do acionista controlador.

26 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Salários a pagar	10.940	9.253	10.940	9.278
FGTS a recolher	3.680	1.323	3.680	1.326
INSS a recolher	12.213	4.297	12.213	4.306
Provisão de férias e encargos	26.057	17.340	26.057	17.340
Prêmios de produtividade e companhas	6.134	6.735	6.134	6.735
Outras obrigações trabalhistas	359	676	359	713
	59.383	39.624	59.383	39.698

O Grupo aderiu as medidas tributárias (Portaria nº 139/2020/ Portaria nº 150/2020), adotadas pelo Ministério da Economia no combate ao COVID-19, referente a prorrogação do prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias (INSS) e FGTS no que refere aos desembolsos patronais, sendo prorrogado até 30 de junho de 2020, os montantes de R\$ 8.110 e R\$ 2.742, respectivamente. Os montantes referem-se as competências março, abril e maio de 2020 e serão recolhidos na integralidade no segundo semestre de 2020, sem juros e multas, conforme o cronograma de datas das medidas pertinentes.

27 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
PIS e COFINS a recolher	2.931	745	2.931	754
IRPJ a recolher (a)	4.394	-	4.394	45
CSLL a recolher (a)	2.031	-	2.031	18
ST - Substituição tributária a recolher (b)	10.826	4.136	10.826	4.135
IRPJ - provisão ano corrente (a)	8.206	-	8.206	-
CSLL - provisão ano corrente (a)	2.510	-	2.510	-
Outros impostos e taxas	1.697	1.810	1.697	1.812
	32.595	6.691	32.595	6.764

- (a) Os montantes a pagar e provisionados de IRPJ e CSLL estão detalhados na nota explicativa 36.
- (b) O incremento na rubrica de ST – Substituição Tributária a recolher está diretamente vinculado com a mudança do regime tributário do Centro de Distribuição Colombo-PR, mencionado na nota explicativa 12, e aos impostos de competência de março e abril, contemplados no pedido extraordinário de dilação de prazo, protocolado junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná.

28 Parcelamentos de tributos

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias, estão compostos de parcelamentos de tributos realizados pela controladora, sendo que os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
REFIS				
Programa de regularização tributária – PRT	18.310	18.957	18.310	18.957
Programa especial de regularização tributária – PERT	11.583	11.840	11.583	11.840
	29.893	30.797	29.893	30.797
Outros				
Lei 10552/2002	-	-	-	323
Parcelamento Ordinário - Receita Estadual Paraná	1.273	-	1.273	-
	1.273	-	1.273	323
Total dos parcelamentos	31.166	30.797	31.166	31.120
Passivo circulante	4.175	3.182	4.175	3.353
Passivo não circulante	26.991	27.615	26.991	27.767

A manutenção do Grupo nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vincendos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais.

O Grupo aderiu as medidas tributárias (Portaria nº 139/2020/ Portaria nº 150/2020) adotadas pelo Ministério da Economia no combate ao COVID-19, prorrogação do prazo de recolhimento tributos federais (incluindo parcelados) das competências de abril e maio de 2020, sendo R\$ 202 e R\$ 450 para o Programa especial de regularização tributária – PERT e Programa de regularização tributária – PRT, respectivamente. As parcelas das competências mencionadas, serão recolhidos na integralidade no segundo semestre de 2020, sem juros e multas, conforme o cronograma de datas das medidas pertinentes.

Em 30 de junho de 2020 o Grupo está atendendo as condições necessárias para a sua manutenção dos programas.

29 Outros débitos

Abaixo demonstramos a composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Mútuos a pagar (a)	2.075	1.674	2.075	-
Dividendos a pagar (b)	6.210	-	6.210	-
Outros valores a pagar	4.545	3.984	4.545	6.347
	12.830	5.658	12.830	6.347
Passivo circulante	12.830	3.984	12.830	6.347
Passivo não circulante	-	1.674	-	-

- (a) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a pagar aos acionistas. As condições negociadas entre as partes. Vide nota explicativa 17.
- (b) O valor de dividendos a pagar refere-se ao montante autorizado em 30 de junho de 2020 sobre as reservas de lucros da Companhia levantados na respectiva data.

30 Provisão para contingências e depósitos judiciais (Controladora e Consolidado)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30.06.2020	31.12.2019
Demandas prováveis		
Trabalhistas e previdenciárias	2.600	2.270
Cíveis e administrativas	7.280	5.592
	9.880	7.862
Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciárias	5.093	4.755
Cíveis e administrativas	266	299
	5.359	5.054

Contingências trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Contingências cíveis

O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ R\$ 3.690 (R\$ 7.682 em 31 de dezembro de 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

31 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social está representado por 21.720.362 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$21.720, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada Nissei Administradora de Bens optou pela mensuração de certos ativos imobilizados, na data de transição para as normas CPC's e IFRS, pelo custo atribuído daquela data. Em decorrência da adoção do custo atribuído foram efetuados o registro de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquido do efeito do imposto de renda passivo diferido. O valor desta reserva foi integralmente realizado por conta da alienação do investimento do Grupo na controlada (vide nota explicativa 18).

d. Destinação do lucro

Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o estatuto do Grupo confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos (limitado aos covenants da Debênture – nota explicativa 24).

Em 30 de junho de 2020 os acionistas aprovaram em atos societários legais a distribuição de dividendos no montante de R\$9.272.

e. Venda de investimentos entre acionistas

O Grupo optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R\$ 87.000, sendo que o valor de investimento na mesma data era de R\$ 107.299, resultando numa perda de R\$ 20.299. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 18.

32 Receita líquida de vendas

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
Receita operacional brut:	30.06.20	30.06.19	30.06.20	30.06.19	30.06.20	30.06.19	30.06.20	30.06.19
		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)
Vendas de mercadorias	782.010	727.278	782.010	728.785	366.928	369.148	366.928	370.655
Verbas de marketing e publicidade (a)	8.125	6.862	8.125	6.862	3.577	3.887	3.577	3.887
Prestação de serviços	3.406	1.932	3.685	1.932	2.490	1.218	2.561	74
	793.541	736.072	793.820	737.579	372.995	374.253	373.066	374.616
Deduções sobre vendas/serviços								
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(30.034)	(22.220)	(30.079)	(22.306)	(14.021)	(11.365)	(14.042)	(11.393)
Devoluções e abatimentos	(4.932)	(3.641)	(4.932)	(3.641)	(2.513)	(1.917)	(2.513)	(1.917)
	(34.966)	(25.861)	(35.011)	(25.947)	(16.534)	(13.282)	(16.555)	(13.310)
Receita operacional líquida	758.575	710.211	758.809	711.632	356.461	360.971	356.511	361.306

O Grupo mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo: medicamentos (marca, genérico, similar) ii) higiene e beleza, iii) Serviços e Manipulação, iv) Conveniência e v) Alto Custo.i). As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado na região Sul do Brasil, diretamente a consumidores.

- (a) Os saldos registrados na rubrica “Verbas de marketing e publicidade” compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.
- (b) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

Receita de vendas por tipo de produto

Vendas de mercadorias	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)
Medicamentos	454.507	437.309	454.507	437.309	214.589	228.416	214.589	228.416
Marca	324.568	329.488	324.568	329.488	150.403	170.788	150.403	170.788
Genérico	89.233	86.074	89.233	86.074	42.828	45.029	42.828	45.029
Similar	40.706	21.747	40.706	21.747	21.358	12.599	21.358	12.599
Higiene e beleza	260.396	227.499	260.396	227.499	121.729	109.387	121.729	109.387
Manipulação	4.802	4.223	4.802	4.223	2.383	2.185	2.383	2.185
Conveniência	56.080	52.833	56.080	52.833	25.110	26.128	25.110	26.128
Alto Custo	1.293	1.773	1.293	1.773	604	1.115	604	1.115
	777.078	723.637	777.078	723.637	364.415	367.231	364.415	367.231
Outras vendas								
Vendas - propriedade para investimento	-	-	-	1.507	-	-	-	1.507
Verbas de marketing e publicidade (a)	8.125	6.862	8.125	6.862	3.577	3.887	3.577	3.887
Prestação de serviços	3.406	1.932	3.685	1.932	2.490	1.218	2.561	74
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(30.034)	(22.220)	(30.079)	(22.306)	(14.021)	(11.365)	(14.042)	(11.393)
	(18.503)	(13.426)	(18.269)	(12.005)	(7.954)	(6.260)	(7.904)	(5.925)
Receita operacional líquida	758.575	710.211	758.809	711.632	356.461	360.971	356.511	361.306

33 Custos e despesas por natureza

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Controladora	
	30.06.2020	30.06.2019 (não auditado)						
Mercadorias vendidas	501.095	476.971	501.553	476.971	228.139	238.687	228.139	238.688
Despesas de pessoal	138.629	124.316	138.875	124.316	69.819	62.695	69.933	62.695
Depreciação e amortização	38.671	34.156	39.242	34.156	20.395	17.617	20.703	17.617
Propaganda e publicidade	3.437	3.179	3.437	3.179	1.383	1.783	1.383	1.783
Criação e produção	1.108	1.027	1.108	1.027	482	460	482	460
Taxas de administração de operadoras de cartões	9.251	6.638	9.251	6.638	4.551	3.419	4.551	3.419
Fretes e carretos	4.232	3.351	4.232	3.351	1.707	1.723	1.707	1.723
Serviços de terceiros	14.024	14.675	14.159	14.675	6.635	7.366	6.700	7.366
Despesas com manutenção	5.378	5.359	5.465	5.359	2.524	2.578	2.555	2.578
Outros	23.876	19.805	23.268	20.080	11.454	10.062	11.069	10.441
Total	739.701	689.477	740.590	689.752	347.089	346.390	347.222	346.770
Classificados como								
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	501.095	476.971	501.553	476.971	228.139	238.687	228.139	238.688
Despesas administrativas	35.652	22.691	36.083	22.966	18.310	7.758	18.443	8.048
Despesas comerciais	202.540	189.381	202.540	189.381	100.435	99.747	100.435	99.836
Perda ao valor recuperável do contas a receber	414	434	414	434	205	198	205	198
Total de despesas	739.701	689.477	740.590	689.752	347.089	346.390	347.222	346.770

34 Outras receitas operacionais líquidas

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Controladora	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Outras receitas		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)
ICMS-ST - não definitivo de períodos retroativos (a)	55.226	-	55.226	-	55.226	-	55.226	-
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (b)	5.372	-	5.372	-	5.372	-	5.372	-
Ganho na venda de ativo imobilizado (c)	2.754	-	2.754	-	2.754	-	2.754	-
Outras receitas	378	482	472	482	142	89	236	89
Total	63.730	482	63.824	482	63.494	89	63.588	89
Outras despesas								
Perdas em outros ativos com partes relacionadas (d)	6.867	-	10.257	-	6.867	-	10.257	-
Outras receitas	42	-	42	-	42	-	42	-
Total	6.909	-	10.299	-	6.909	-	10.299	-
Outras receitas operacionais, líquidas	56.821	482	53.525	482	56.585	89	53.289	89

(a) Vide nota explicativa 12.

(b) Vide nota explicativa 12.

(c) Vide nota explicativa 16.

(d) Vide nota explicativa 17 (a).

35 Resultado financeiro

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Controladora	
	30.06.2020	30.06.2019 (não auditado)	30.06.2020	30.06.2019 (não auditado)	30.06.2020	30.06.2019 (não auditado)	30.06.2020	30.06.2019 (não auditado)
Receita financeira								
Rendimentos com aplicações financeiras	896	3	896	3	542	1	542	1
Resultado positivo – Swap(a)	10.846	-	10.846	-	3.151	-	3151	-
Atualização - processo tributário (b)	2.122	-	2.122	-	2.122	-	2122	-
Descontos obtidos	27	19	27	19	12	6	12	6
Outros - receitas financeiras	2.857	434	3.016	442	2.417	116	2.575	116
Total	16.748	456	16.907	464	8.244	123	8.402	123
Despesa financeira								
Juros sobre empréstimos	57.842	24.501	57.879	24.501	44.663	12.797	44.700	12.797
Ajuste a valor presente (c)	9.176	9.386	9.176	9.386	3.721	5.091	3.721	5.091
Juros passivos	204	123	204	123	116	71	116	71
IOF	620	857	620	857	235	527	235	527
Despesas bancária	480	488	480	488	235	265	235	265
Atualização Debênture – Série 2	7.980	1.704	7.980	1.704	7.056	861	7.056	861
Variação Cambial	11.905	19	11.905	19	3.187	19	3.187	19
Outras despesas financeiras	3.587	873	3.595	887	3.145	468	3.133	480
Juros de arrendamentos (d)	8.530	7.962	8.530	7.962	4.553	3.955	4.553	3.955
Total	100.324	45.913	100.369	45.927	66.911	24.054	66.936	24.066

- a) Detalhes do montante de R\$ 10.846 estão na nota explicativa 14.
b) Detalhes do montante de R\$ 2.122 estão na nota explicativa 12.
c) O ajuste de valor presente é calculado sobre as compras de mercadorias para revenda, com prazo de pagamento superior à 30 dias.
d) O custo com arrendamento são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota explicativa 22.

36 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

a. Conciliação de imposto de renda e contribuição social

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30.06.20	30.06.19 (Não auditado)						
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(11.788)	(23.298)	(11.788)	(23.101)	4.014	(9.350)	4.044	(9.318)
Imposto utilizando a alíquota nominal vigente (34%)	4.008	7.921	4.008	7.854	(1.365)	3.179	(1.375)	3.168
(+) Adições permanentes	(16.021)	(10.348)	(16.021)	(10.348)	(10.429)	(5.243)	(10.429)	(5.243)
Amortização de arrendamentos (CPC 6 (2) / IFRS 16)	(8.208)	(7.357)	(8.208)	(7.357)	(4.318)	(3.760)	(4.318)	(3.760)
Juros de arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	(2.900)	(2.707)	(2.900)	(2.707)	(1.548)	(1.345)	(1.548)	(1.345)
Perda por equivalência patrimonial	(1.328)	-	(1.328)	-	(1.114)	-	(1.114)	-
Outras adições (brindes/multas/outras)	(3.585)	(284)	(3.585)	(284)	(3.449)	(138)	(3.449)	(138)
(-) Exclusões permanentes	9.975	9.304	9.945	9.220	5.090	4.567	5.071	4.539
Contraprestação arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	9.975	8.983	9.975	8.983	5.090	4.597	5.090	4.597
Ganho de equivalência patrimonial	-	321	-	321	-	(30)	-	(30)
Imposto de renda sobre base presumida de controlada	-	-	(30)	(84)	-	-	(19)	(28)
Outros	12	346	(29)	301	243	1.573	241	1.581
Total	(2.026)	7.223	(2.097)	7.027	(6.461)	4.076	(6.492)	4.045
Imposto de renda e contribuição social corrente	(17.140)	-	(17.261)	(246)	(17.140)	-	(17.196)	(81)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.114	7.223	15.164	7.273	10.679	4.076	10.704	4.126
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.026)	7.223	(2.097)	7.027	(6.461)	4.076	(6.492)	4.045
Alíquota efetiva	17,2%	31,0%	17,8%	30,4%	161,0%	43,6%	160,5%	43,4%

Diferido

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O Grupo estima que irá realizar imposto de renda diferido ativo até 2024.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Ativo não circulante				
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	4.267	3.582	4.267	3.582
Outras provisões (financeiras, estoques e outros)	25.229	4.841	25.229	4.841
Prejuízos fiscais a compensar	-	5.960	-	5.960
Total ativo não circulante	29.496	14.383	29.496	14.383

Passivo diferido em 31 de dezembro de 2019 - Consolidado

Os montantes de R\$ 23.618 em 31 de dezembro de 2019, refere-se a ajuste de avaliação patrimonial reconhecido na reavaliação de ativos.

37 Instrumentos financeiros

(i) Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito
 Risco de liquidez e estrutura de capital
 Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos do Grupo, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Grupo possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, o Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os fluxos de caixa futuros referentes à provisão pagamento debêntures podem ser diferentes dos montantes apresentados, uma vez que as condições relevantes das transações podem mudar.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2020 e de 31 dezembro de 2019 e podem ser assim sumarizados (saldos do consolidado):

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Total dos financiamentos e empréstimos	202.137	192.386	202.137	193.036
Debêntures	241.331	189.712	241.331	189.712
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(42.070)	(80.402)	(42.070)	(80.426)
Dívida líquida	401.398	301.696	401.398	302.322
Patrimônio líquido	27.025	70.410	27.025	70.454
Índice de alavancagem financeira	14,85	4,28	14,85	4,29

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os saldos do balanço consolidado divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 30 de junho de 2020				
Financiamentos e empréstimos	55.366	55.773	83.364	9.634
Debêntures (série 1 + série 2)	241.331	-	-	-
Fornecedores	191.876	-	-	-
Passivo de arrendamento	41.725	110.970		

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pelo Grupo, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar o risco de mercado, em especial o risco cambial nas operações de empréstimos com taxas estrangeiras. A política é proteger a exposição estimada em moeda estrangeira por meio de swaps de taxas de câmbio.

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (consolidado)

	30.06.2020	31.12.2019
Ativos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	42.070	80.426
Aplicações financeiras	43.878	10.001
Contas a receber de clientes	84.483	84.927
Outras contas a receber	132.072	75.132
	302.503	250.486
Passivos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado:		
Fornecedores	191.876	254.658
Empréstimos e financiamentos	202.137	193.036
Debênture série 1	192.749	149.110
Outras contas a pagar	12.830	6.347
	599.592	603.151

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo (consolidado)

	30.06.2020	31.12.2019
Ativos financeiros		
Instrumento financeiro derivativo – SWAP	10.846	-
Passivos financeiros:		
Debêntures série 2	48.582	40.602

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 para os instrumentos financeiros do Grupo de ativo financeiro ao custo amortizado, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas à receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures (série 1) do Grupo, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Técnica de avaliação e inputs significativos não observáveis

As técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial (debêntures - série 2), assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Previsão pagamento debêntures

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<p>a. Com evento de liquidez Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico do Grupo, ou,</p> <p>b. Sem evento de liquidez A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.</p>	<p>Previsão da taxa de crescimento anual da receita</p> <p>Previsão da margem do Ebitda</p> <p>Taxa de desconto ajustada ao risco</p>	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); • a margem do Ebitda fosse maior (menor); ou • a taxa de desconto ajustada o risco fosse menor (maior). <p>Normalmente, uma mudança na taxa de crescimento anual da receita é acompanhada por uma mudança similar na margem do Ebitda</p>

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<p>O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.</p>	<p>Não aplicável.</p>	<p>Não aplicável.</p>

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional do Grupo, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de junho de 2020 (saldo contábil tendo por base o CDI de 2,15% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 30 de junho de 2020:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	190.232	(1.022)	(2.045)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	2020		2019	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado	4.493	-	3.298	762

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qual uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo,

escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

38 Lucro (prejuízo por ação)

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação. A Companhia possui ações potenciais na forma de debêntures conversíveis emitida. Nenhum ajuste é requerido no lucro diluído por ação visto que seria anti-diluído.

	Semestre		Trimestre	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Prejuízo do período	(13.814)	(16.075)	(2.447)	(5.274)
Média ponderada de ações ordinárias (unidades)	21.720.362	21.720.362	21.720.362	21.720.362
Ações ordinárias existentes (a)	21.720.362	21.720.362	21.720.362	21.720.362
Prejuízo por ação básico e diluído (em Reais)	(0,64)	(0,74)	(0,11)	(0,24)

(a) Não houve mudanças no número de ações ao longo do período.

39 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 30 de junho as transações que não envolveram caixa são principalmente: (i) o ganho tributário com créditos tributários descritos na nota 12, (ii) venda de ativos imobilizados – nota 19, (iii) venda de investimento nota 18 e (iv) perda ao valor recuperável do crédito de precatório – nota 17(a) e 13.

40 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando sua natureza de atividade.

Em 30 de junho de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 360.562 para danos materiais.
